

Revista da
**Propriedade
Industrial**

Nº 2497
13 de Novembro de 2018

Comunicados
Seção I



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente

Michel Temer

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Marcos Jorge de Lima

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Presidente

Luiz Otávio Pimentel

De conformidade com a Lei nº 5.648 de 11 de dezembro de 1970, esta é a publicação oficial do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, órgão vinculado ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, República Federativa do Brasil, que publica todos os seus atos, despachos e decisões relativos ao sistema de propriedade industrial no Brasil, compreendendo Marcas e Patentes, bem como os referentes a contratos de Transferência de Tecnologia e assuntos correlatos, além dos que dizem respeito ao registro de programas de computador como direito autoral.

As established by Law nº 5.648 of december 11, 1970, this is the official publication of the National Institute of Industrial Property, an office under the Ministry of Industry, Foreign Trade and Services, Federative Republic of Brazil, which publishes all its official acts, orders and decisions regarding the industrial property system in Brazil, comprising Trademarks and Patents, as well as those referring to Technology Transfer agreements and related matters, besides those regarding software registering as copyright.

D'après la Loi nº 5.648 du 11 décembre 1970, celle-ci est la publication officielle de l'Institut National de la Propriété Industrielle, un office lié au Ministère de l'Industrie, du Commerce Extérieur et des Services, République Fédérative du Brésil, qui publie tous ses actes, ordres et décisions concernant le système de la propriété industrielle au Brésil, y compris marques et brevets, aussi que ceux référents aux contrats de transfert de technologie et des sujets afférents, en outre que ceux se rapportant à l'enregistrement des programmes d'ordinateur comme droit d'auteur.

Según establece la Ley nº 5.648 de 11 diciembre 1970, esta es la publicación oficial del Instituto Nacional de la Propiedad Industrial, oficina vinculada al Ministerio de la Industria, Comercio Exterior y Servicios, República Federativa del Brasil, que publica todos sus actos, ordenes y decisiones referentes al sistema de propiedad industrial en Brasil, comprendiendo marcas y patentes así que los referentes a contratos de transferencia de tecnología y asuntos corelacionados, además de los referentes al registro de programas de ordenador como derecho de autor.

Laut Gezets Nr. 5.648 vom 11. dezember 1970, ist dies das Amtsblatt des Nationalen Instituts für gewerbliches Eigentum (INPI), eines Organs des Bundesministerium für Industrie, Handel und Dienstleistungen, der Bundesrepublik Brasilien, welches alle Amtshandlungen, Beschlüsse und Entscheidungen über gewerbliches Eigentum in Brasilien, einschliesslich Warenzeichen und Patente, ebenso wie auch Übertragungsverträge von Technologie und Computerprogramme als Urheberrecht veröffentlicht.



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PRESIDÊNCIA

COMUNICADO

Senhores Usuários,

Comunicamos que em decorrência do fechamento do CIT-SENAI/FIENG, onde está localizado o EDIR-SE/MG, não haverá expediente naquela Unidade, no período de 26 de dezembro de 2018 a 04 de janeiro de 2019.

Caso haja interesse, com o propósito de resguardar a prioridade de depósito, assim como o cumprimento de prazos legais, recomendamos que toda a documentação, a GRU original devidamente paga e o respectivo recibo de pagamento sejam encaminhados, via postal registrada com AR (aviso de recebimento), para o seguinte endereço:

SEPEX - Rua Mayrink Veiga, nº 09, 21º andar

Centro – RJ – CEP 20090-910

A via do documento protocolada poderá ser devolvida por solicitação, de próprio punho, em folha de papel A4, encaminhada junto com a documentação a ser protocolada, para que seja enviada ou ao usuário que informar o endereço completo para que o INPI, excepcionalmente, possa devolver a via protocolada, pelo correio.

Quando se tratar de pedido inicial (Marca, Patente e Desenho Industrial), o Usuário receberá uma mensagem no e-mail que estiver cadastrado no INPI, informando o número do processo, que será necessário para o seu acompanhamento pela Revista Eletrônica da Propriedade Industrial – RPI (www.inpi.gov.br), na página principal.

Lembramos, por fim, que os pedidos de registro de marca e de patente podem ser feitos pela internet, acessando o sítio.

Informações adicionais poderão ser obtidas pelos telefones constantes do sítio do INPI, acessando o ícone “Contatos”.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2018



Mauro Sodré Maia
Diretor Executivo, no exercício da Presidência

EDITAL DE SELEÇÃO

DOUTORADO PROFISSIONAL EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO

O Conselho de Pós-graduação dos Programas de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Inovação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), no uso de suas atribuições regimentais, torna pública a abertura de inscrições e estabelece normas relativas ao Exame de Seleção para o Doutorado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação do ano de 2018, para admissão em 2019.

O curso de Doutorado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação, recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC) para atuar na área de concentração Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento.

O objetivo do Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Inovação é oferecer curso *stricto sensu*, em nível de Doutorado Profissional, no campo da Propriedade Intelectual e Inovação, visando aprimorar a competência científica e tecnológica do seu corpo discente.

As aulas do Doutorado Profissional ocorrerão na cidade do Rio de Janeiro, na Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do INPI, atualmente situada na Rua Mayrink Veiga, nº. 9/17º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ. O curso será gratuito e terá a duração prevista de 42 meses.

A Comissão dos Cursos de Mestrado e Doutorado Profissionais (CCMD) em Propriedade Intelectual e Inovação indicará uma Comissão de Seleção, constituída por três docentes, a qual será responsável por todo o Exame de Seleção previsto neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. Podem inscrever-se para o processo seletivo os candidatos portadores de **DIPLOMA DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO E DIPLOMA DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO**, emitido por Instituição de Ensino Superior (IES) e reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação (CNE/MEC) em qualquer área de conhecimento no Brasil ou em IES de outro país, desde que atendidas às exigências descritas no item 2.2.1 (d) deste Edital. E com experiência profissional e/ou acadêmica comprovada.
- 1.2. Serão oferecidas inicialmente 10 vagas para o curso de Doutorado Profissional.
 - 1.2.1. Caso não haja candidatos aprovados em número suficiente para suprir todas as vagas, as remanescentes poderão ser convertidas na proporção de uma vaga de Doutorado Profissional para duas vagas para o Exame de Seleção para o Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação do ano de 2018, para admissão em 2019.
 - 1.2.2. Havendo disponibilidade de vagas ociosas, as mesmas poderão ser disponibilizadas seguindo a ordem de classificação dos candidatos, respeitado o limite de vagas ofertadas por docente.
- 1.3. As vagas inicialmente oferecidas seguirão a seguinte distribuição: três (3) vagas de ampla concorrência; uma (1) vaga destinada a pessoa com deficiência física comprovada em consonância com o Decreto nº 3.298/1999; uma (1) vaga para candidatos autodeclarados negros ou indígenas (declarando tal condição no ato da inscrição); cinco (5) vagas reservadas a servidores públicos, sendo que os

servidores do INPI terão uma quota de quatro (4) dentre as cinco (5) vagas reservadas para o funcionalismo público.

1.3.1. Caso os servidores do INPI não ocupem as quatro (4) vagas, as remanescentes serão convertidas para servidores públicos em geral.

1.3.2. Caso a reserva de cinco (5) vagas para servidores públicos não seja totalmente utilizada, as ociosas serão disponibilizadas à ampla concorrência.

1.3.3. As vagas destinadas aos candidatos com deficiência física e àqueles autodeclarados negros ou indígenas, caso não sejam utilizadas, também serão revertidas à ampla concorrência.

1.4. As vagas para o curso de Doutorado Profissional serão preenchidas nos limites individuais definidos por cada Professor Orientador, conforme indicado no item 1.5 deste Edital.

1.5. As temáticas de pesquisa e o quadro de vagas por orientador estão indicados nas tabelas a seguir:

Cód.	Temáticas de pesquisa
A	Aprimoramento da gestão dos escritórios de PI
B	Aspectos socioeconômicos da PI
C	Contratos de licença, transferência de tecnologia e franquias
D	Cooperação internacional em matéria de PI
E	Educação e Difusão da PI
F	Estudos relacionados ao exame de desenhos industriais
G	Estudos relacionados ao exame de marcas
H	Estudos relacionados ao exame de patentes
I	Legislação comparada em PI
J	PI e desenvolvimento
L	PI e estudos setoriais
M	PI e políticas públicas
N	PI e prospecção tecnológica
O	Tecnologias emergentes e estratégias de proteção
P	Uso estratégico da PI

Docentes do Programa de Doutorado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação	Vagas	Linhas de atuação (conforme ANEXO 1 do Edital)	Temáticas de pesquisa
Adelaide Maria de Souza Antunes	1	1, 2 e 3	A; B; E; H; L; N; O
Celso Luiz Salgueiro Lage	1	1, 2 e 3	A; B; D; G; H; I; L; M; N; O; P
Dirceu Yoshikazu Teruya	1	1, 2 e 4	A; B; C; P
Elizabeth Ferreira da Silva	1	1, 2 e 4	B; D; G; I; J; L; M; O; P
Kátia Regina do Valle Freitas Pinto	1	2, 3 e 4	A; B; C; D; E; I; L; M; P
Patrícia Pereira Peralta	2	1, 2 e 4	B; F; G; I; O; P

Ricardo Carvalho Rodrigues	1	1, 2 e 3	A; B; H; N; E; L; O; P
Sergio Medeiros Paulino de Carvalho	1	1, 2 e 3	A; B; J; L; M; N; O
Vinicius Bogéa Câmara	1	1 e 4	A; B; D; G

- 1.6. As propostas de projetos deverão estar alinhadas com as temáticas de pesquisa do orientador, de caráter não exaustivo, e enquadradas no escopo das linhas de atuação do Programa, descritas no **ANEXO 1**.
- 1.7. Os candidatos serão submetidos a processo seletivo único e a ordem de classificação final ocorrerá de acordo com as vagas oferecidas por cada orientador indicado.
- 1.8. Os candidatos aprovados, porém não classificados nas vagas do docente, poderão ser remanejados para outro docente que ofereça vaga neste Edital, apenas na hipótese de que esse último conte com vagas ociosas.
- 1.9. As solicitações de remanejamento previstas no item 1.8 podem ser pleiteadas pelo candidato aprovado e não classificado até 30 dias contados da data do resultado final da seleção, condicionadas ao aceite de ambos os docentes, e desde que não envolva alteração no projeto de pesquisa originalmente apresentado.
- 1.10. Os servidores públicos aprovados deverão observar a legislação vigente, no ato da matrícula, quanto à capacitação, jornada de trabalho e frequência.
- 1.11. A CCMD se reserva o direito de não preencher o total de vagas oferecidas e remanejá-las para o Exame de Seleção do Curso de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação, caso necessário.
- 1.12. No caso de existirem bolsas de estudo, estas serão alocadas por ordem de classificação dos aprovados, conforme critérios estabelecidos pelas agências de fomento e observados pela CCMD.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. PERÍODO E LOCAL

- 2.1.1. As inscrições serão realizadas, conforme **CALENDÁRIO** que consta no **ANEXO 4** deste Edital.
- 2.1.2. O horário de atendimento presencial para recepção das candidaturas no Serviço Acadêmico da Academia de Propriedade Intelectual e Inovação do INPI será das 9 às 12 horas e das 13 às 16 horas (horário de Brasília).
- 2.1.3. A inscrição será realizada por meio do **FORMULÁRIO PARA INSCRIÇÃO NO DOUTORADO** disponível via <http://www.inpi.gov.br/academia/em-destaque/processo-seletivo-1/doutorado> que poderá ser entregue: a) pessoalmente pelo candidato ou por pessoa legitimada por meio de procuração, no Serviço Acadêmico, Rua Mayrink Veiga, nº. 9 / 17º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20090-910; ou b) por e-mail selecao2018@inpi.gov.br.
- 2.1.4. No caso do candidato optar pelo envio da documentação pelo e-mail selecao2018@inpi.gov.br, só será considerada a documentação efetivamente recebida, dentro do prazo estabelecido no **CALENDÁRIO** que consta no **ANEXO 4** deste Edital, independente do que seja declarado pelo candidato.

- 2.1.5. Em todos os casos, o candidato receberá a confirmação de recebimento de documentação a ser entregue pelo Serviço Acadêmico no ato da inscrição ou encaminhada por e-mail, no caso das inscrições não presenciais.
- 2.1.6. Os candidatos aprovados e classificados para cursar o Doutorado Profissional terão de apresentar, obrigatoriamente, os documentos originais para autenticação de todas as cópias usadas no processo de inscrição do processo seletivo. A não apresentação no ato da matrícula dos originais de qualquer dos documentos cujas cópias tenham sido usadas na inscrição implicará na desclassificação definitiva do candidato.

2.2. DOCUMENTOS EXIGIDOS

- 2.2.1. O candidato deverá apresentar até o último dia de inscrição, que consta do **CALENDÁRIO** apresentado no **ANEXO 4**, a documentação abaixo relacionada:
- a. **FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO** disponível em <http://www.inpi.gov.br/academia/em-destaque/processo-seletivo-1/doutorado> , devidamente preenchido e assinado;
 - b. **CARTA DE APRESENTAÇÃO**, dirigida à Comissão de Seleção, com as razões e interesses do candidato para participar do curso de Doutorado Profissional, justificando a escolha do tema de pesquisa e descrevendo, se possível, as interações do curso com suas atividades profissionais. Além disso, a referida carta deverá indicar a disponibilidade de tempo para a realização do curso e se há interesse do candidato por bolsa de doutorado, caso haja disponibilidade. Ressalta-se que a candidatura à bolsa de estudo dependerá do enquadramento do aluno às regras de concessão da agência de fomento.
 - c. **CARTA DO EMPREGADOR** ou **CHEFIA IMEDIATA E MEDIATA** com a anuência da respectiva diretoria ou similar (no caso de servidor do INPI ou da Administração Pública), aos cuidados da **Comissão de Seleção**, caracterizando o interesse do empregador na participação do candidato e sua anuência quanto à escolha do tema de pesquisa e à liberação da carga horária necessária para o cumprimento das disciplinas e atividades do curso. Os candidatos que não possuírem vínculo empregatício, ou seja, os profissionais autônomos deverão declará-lo em sua **CARTA DE APRESENTAÇÃO** (item 2.2.1. (b));
 - d. **1 (uma) cópia, frente e verso, do DIPLOMA DE GRADUAÇÃO E DIPLOMA DE MESTRADO E/OU DOUTORADO E SEUS RESPECTIVOS HISTÓRICOS ESCOLARES** fornecidos por IES e reconhecido pelo CNE/MEC.
 - d.1. No caso de candidato cujo diploma de mestrado e/ou de doutorado ainda não tenha sido expedido poderão apresentar **DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DE CURSO**, fornecida por IES reconhecida pelo CNE/MEC, e cópia da ata de defesa da dissertação de mestrado e/ou da tese de doutorado.
 - d.2. No caso de candidato estrangeiro, ou portador de diploma emitido por IES estrangeira, para que a matrícula seja efetuada, em caso de aprovação, este deverá apresentar no ato da matrícula, o **DIPLOMA DE GRADUAÇÃO** com visto consular brasileiro e tradução feita por tradutor juramentado, nos termos da legislação vigente, além de passaporte válido com visto de entrada e permanência para fins de estudos no Brasil, se cabível. Para a inscrição no processo seletivo tanto o **DIPLOMA** quanto o **HISTÓRICO ESCOLAR** poderão ser apresentados sem a tradução.

d.2.1. O diploma de curso superior obtido em país estrangeiro depende de revalidação por universidade pública brasileira, de acordo com o art. 48, §2º, da Lei 9.394/1996 e da Resolução 01/2002 do CNE/MEC;

d.2.2. O diploma de mestrado e/ou de doutorado obtido em país estrangeiro depende de revalidação por universidade pública brasileira, de acordo com o art. 48, §3º, da Lei 9.394/1996 e da Resolução 01/2002 do Conselho Nacional de Educação - Câmara de Ensino Superior do Ministério da Educação.

e. 1 (uma) cópia do CURRICULUM VITAE documentado, cadastrado na Plataforma Lattes (sem encadernação). Os documentos (uma cópia) que comprovem as atividades descritas no *Curriculum vitae* deverão ser entregues separadamente. Não serão aceitos comprovantes entregues fora do prazo estabelecido neste Edital.

e.1. As cópias dos documentos comprobatórios devem ser numeradas, contendo, **obrigatoriamente**, no canto superior direito, o número do subitem referente à produção, atribuído de acordo com a ordenação disposta no **ANEXO 3** deste Edital e no canto inferior direito a numeração sequencial da documentação comprobatória como um todo. Quando um documento for considerado comprobatório em mais de um subitem, uma cópia deve ser anexada e ordenada em cada subitem.

e.2. Juntamente ao *Curriculum vitae* e documentos comprobatórios deverá ser entregue, **obrigatoriamente**, uma cópia preenchida da tabela apresentada no **ANEXO 3A**.

f. 1 (uma) cópia da CÉDULA DE IDENTIDADE ou PASSAPORTE válido no caso de estrangeiros não residente no Brasil.

g. 1 (uma) cópia do CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF), dispensável no caso de estrangeiros não residentes no Brasil.

h. 1 (uma) cópia do REGISTRO NACIONAL PARA ESTRANGEIRO (RNE) ou protocolo do RNE, no caso de candidato estrangeiro.

i. 1 (uma) cópia de CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA INGLESA caso o candidato solicite dispensa de realização da prova discursiva de compreensão de textos em língua inglesa obrigatória. Para tanto será aceito um dos seguintes Certificados:

i.1. TOEFL (com 70% da pontuação máxima; mínimo de 213 pontos para o *Computer-based Test* – CBT ou 550 pontos para o *Paper-based Test* ou 80 pontos para o *Internet-based Test* - IBT), obtido há cinco anos, no máximo;

i.2. Michigan, Cambridge (Certificate of Proficiency in English — CPE ou *Certificate in Advanced English* — CAE), obtido há cinco anos, no máximo;

i.3. *International English Language Test* (IELTS, mínimo de 6,0 pontos) obtido há cinco anos, no máximo;

i.4. Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa mediante aprovação em teste oficialmente reconhecido pelo MEC, como o Celpe-Bras - Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros, no caso de candidato estrangeiro;

i.5 Qualquer outro documento deverá ser avaliado pela Comissão de Seleção.

- j. **CARTA DE ACEITE DO ORIENTADOR.** O candidato deverá estabelecer um contato prévio com docente credenciado no curso de Doutorado Profissional para orientá-lo caso venha a ser aprovado no Exame de Seleção. Sugere-se que este contato se faça com a devida antecedência sendo que alguns docentes consideram importante a realização de um estágio prévio. A apresentação da carta não significa que o candidato já esteja aprovado no processo seletivo.
- k. **3 (TRÊS) EXEMPLARES DO PROJETO DE TESE,** com um máximo de 10 laudas, sem identificação do candidato, o qual deverá ser elaborado de acordo com o disposto no **ANEXO 2** deste Edital.

2.2.2. O preenchimento e apresentação do formulário de inscrição e dos documentos constantes no item 2.2 não são suficientes para que o candidato esteja inscrito no processo seletivo.

3. DO PROCESSO SELETIVO

3.1. O processo seletivo será regido por este Edital e compreenderá as seguintes fases:

- 3.1.1. **PRIMEIRA FASE:** análise de documentação, conforme disposto no item 2.2 deste Edital. A ausência de qualquer documento exigido implicará no indeferimento da inscrição do candidato e sua consequente eliminação do processo seletivo.
- 3.1.2. **SEGUNDA FASE:** análise do **PROJETO DE TESE** por três docentes indicados pela Comissão de Seleção.
- 3.1.3. **TERCEIRA FASE:** prova de inglês para os candidatos que não tenham apresentado, no ato da inscrição, comprovante de proficiência em língua inglesa.
- 3.1.4. **QUARTA FASE:** defesa do **PROJETO DE TESE** com arguição do candidato por uma banca composta por, no mínimo, três docentes indicados pela Comissão de Seleção.
- 3.1.5. **QUINTA FASE:** análise do *Curriculum vitae* documentado.

4. CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DO CANDIDATO

4.1. DA PRIMEIRA FASE

- 4.1.1. A **PRIMEIRA FASE** do processo seletivo compreenderá a análise formal de toda a documentação entregue pelo candidato, conforme disposto no item 2.2 deste Edital.
- 4.1.2. O candidato, após a avaliação na **PRIMEIRA FASE**, será considerado **APTO** ou **INAPTO** para continuar no processo seletivo.
- 4.1.3. O INPI publicará o extrato do resultado da **PRIMEIRA FASE** no Diário Oficial da União, e a listagem dos candidatos **APTOS** a participar da **SEGUNDA FASE** do processo seletivo no sítio eletrônico do INPI, conforme **CALENDÁRIO** que consta no **ANEXO 4** deste Edital.

4.2. DA SEGUNDA FASE

- 4.2.1. A **SEGUNDA FASE** do processo seletivo compreenderá a análise do **PROJETO DE TESE**, que deverá ser elaborado de acordo com o disposto no item 2.2.1. (k) deste Edital. Os projetos que não seguirem o modelo determinado serão automaticamente eliminados.
- 4.2.2. Em relação ao **PROJETO DE TESE**, serão avaliados os seguintes itens:

- a. A originalidade e o ineditismo do projeto proposto pelo candidato;
- b. Compreensão e domínio dos temas, tópicos e conceitos envolvidos;
- c. Contextualização teórico-metodológica do projeto, com revisão bibliográfica do tema;
- d. Definição clara do objeto e do problema de pesquisa, delimitando os objetivos a serem atingidos;
- e. Pertinência do projeto à temática de Propriedade Intelectual e Inovação;
- f. Adequação da proposta à estrutura de projeto constante do **ANEXO 2** deste Edital;
- g. Capacidade de expressão escrita (incluindo ordenamento lógico dos argumentos, coesão argumentativa, precisão conceitual, clareza e fluência, bem como adequação à norma culta do português escrito);
- h. Possibilidade de execução do projeto durante o período do curso de Doutorado, com duração prevista de 42 meses.

4.2.3. O candidato, após a avaliação na **SEGUNDA FASE**, será considerado **APTO** ou **INAPTO** a continuar no processo seletivo.

4.2.4. O INPI publicará o extrato do resultado da **SEGUNDA FASE** no Diário Oficial da União e a relação completa do resultado no sítio eletrônico do INPI, conforme **CALENDÁRIO** que consta no **ANEXO 4** deste Edital.

4.3. DA TERCEIRA FASE

4.3.1. Para os candidatos que não tenham apresentado, no ato da inscrição, comprovante de proficiência em língua inglesa, conforme item 2.2.1. (i), a prova de compreensão de textos em língua inglesa será presencial, ocorrerá apenas na sede do INPI situada na cidade do Rio de Janeiro e terá duração de três (3) horas, começando impreterivelmente às 14h e terminando às 17h (horário de Brasília), conforme **CALENDÁRIO** que consta no **ANEXO 4** deste Edital.

4.3.2. A prova será somente eliminatória e o candidato deve obter nota igual ou superior a 7,0 (sete).

4.3.3. Para a realização da prova de inglês será permitida a consulta a dicionário físico.

4.3.4. A prova deverá ser respondida com caneta esferográfica azul ou preta.

4.3.5. O INPI publicará o extrato do resultado da **TERCEIRA FASE** no Diário Oficial da União e a listagem completa dos candidatos selecionados para a **TERCEIRA FASE** do processo seletivo no sítio eletrônico do INPI, conforme **CALENDÁRIO** no **ANEXO 4** deste Edital.

4.4. DA QUARTA FASE

4.4.1. A **QUARTA FASE** do processo seletivo constará da defesa do **PROJETO DE TESE** com arguição do candidato.

4.4.2. A defesa do **PROJETO DE TESE** será realizada conforme **CALENDÁRIO** no **ANEXO 4** deste Edital, em horário e local a serem definidos pela Comissão de Seleção e informados ao candidato via sítio eletrônico do INPI.

4.4.3. O candidato deverá apresentar seu **PROJETO DE TESE** no tempo **máximo de 15 minutos**, utilizando recursos de mídia (Powerpoint, versão

Office 2007) e será arguido pela banca, sobre o mesmo, por, no máximo, outros 15 minutos.

4.4.4. Em relação à defesa do **PROJETO DE TESE**, serão avaliados os seguintes itens:

- a. Apresentação (tempo e qualidade);
- b. Capacidade de articulação, clareza e consistência da expressão oral;
- c. Compreensão e domínio do repertório teórico concernente ao projeto;
- d. Capacidade do candidato de esclarecer questões referentes à execução do projeto; e,
- e. Motivação para a realização do curso de Doutorado.

4.4.5. A defesa do **PROJETO DE TESE**, cuja nota deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete), terá caráter eliminatório e classificatório.

4.4.6. O INPI publicará o extrato do resultado no Diário Oficial da União e as notas da **QUARTA FASE** no sítio eletrônico do INPI, conforme **CALENDÁRIO** no **ANEXO 4** deste Edital.

4.5. DA QUINTA FASE

4.5.1. A **QUINTA FASE** do processo seletivo constará da **ANÁLISE CURRICULAR** de acordo com os documentos comprobatórios apresentados.

4.5.2. Na análise do *curriculum vitae* **somente** serão considerados os itens que apresentarem os respectivos comprovantes e que estiverem de acordo com a Tabela apresentada no **ANEXO 3** deste Edital.

4.5.3. Para cada ponto concedido no *curriculum vitae*, o candidato receberá uma bonificação no valor de 0,1 (um décimo) de ponto, na nota obtida na **QUARTA FASE**, limitada a 1,0 (um) ponto.

4.5.4. A **QUINTA FASE** do processo seletivo será somente classificatória.

4.5.5. O INPI publicará o extrato do resultado no Diário Oficial da União e as notas da **QUINTA FASE** no sítio eletrônico do INPI, conforme **CALENDÁRIO** que consta no **ANEXO 4** deste Edital.

5. DA NOTA FINAL DO EXAME DE SELEÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1. A nota final mínima para aprovação no processo seletivo será 7,0 (sete). O candidato poderá ser aprovado, mas não classificado.

5.2. As notas finais dos candidatos aprovados serão ordenadas em ordem decrescente.

5.3. Em caso de empate, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a. Obter a maior nota na **QUARTA FASE** do processo seletivo;
- b. Obter a maior pontuação no *Curriculum vitae*, (conforme pontuação apresentada no **ANEXO 3** deste Edital);
- c. Em caso de candidatos maiores de 60 anos o primeiro quesito de desempate será a idade, com base no art. 27 § único da Lei 10.741 de 1/10/2003 – Estatuto do Idoso.

6. DO RESULTADO FINAL

- 6.1. O resultado final será divulgado conforme **CALENDÁRIO** no **ANEXO 4** deste Edital. O extrato do resultado final será divulgado no Diário Oficial da União e a lista completa dos aprovados, por ordem de classificação, será divulgada via sítio eletrônico do INPI, com as respectivas notas finais do exame de seleção.

7. DA VISTA DE PROVAS E INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

- 7.1. A solicitação de vista da análise do **PROJETO DE TESE** deverá ser realizada por e-mail para selecao2018@inpi.gov.br, indicando no Assunto da mensagem: **VISTA DE ANÁLISE DE PROJETO – DOUTORADO 2019**, conforme **CALENDÁRIO** no **ANEXO 4** deste Edital.
- 7.2. A solicitação de vista da **PROVA DE INGLÊS** deverá ser realizada por e-mail para selecao2018@inpi.gov.br, indicando no Assunto da mensagem: **VISTA DA PROVA DE INGLÊS – DOUTORADO 2019**, conforme **CALENDÁRIO** no **ANEXO 4** deste Edital.
- 7.3. A vista e a interposição de recurso serão realizadas nos períodos indicados de cada fase, conforme **CALENDÁRIO** no **ANEXO 4** deste Edital.
- 7.4. Os **RECURSOS** deverão ser formulados observando os seguintes pontos:
- 7.4.1. O **RECURSO** deverá ser redigido com uma justificativa clara, concisa e precisa, ressaltando os pontos que o candidato julgar questionáveis na avaliação.
- 7.4.2. O **RECURSO** deverá conter o nome do candidato, número de inscrição, data e assinatura.

8. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO REFERENTE AO RESULTADO FINAL

- 8.1. Após a divulgação do resultado final, os candidatos terão prazo de sete (7) dias úteis para interpor recurso contra o resultado final.

9. DA DECISÃO SOBRE OS RECURSOS

- 9.1. Os **RECURSOS** serão instruídos e decididos pela Comissão de Seleção.
- 9.2. As decisões emitidas pela Comissão de Seleção terão caráter definitivo.
- 9.3. A publicação do extrato do resultado dos **RECURSOS** será feita no Diário Oficial da União e o resultado completo será divulgado via sítio eletrônico do INPI, conforme **CALENDÁRIO** no **ANEXO 4** deste Edital.

10. DA MATRÍCULA

- 10.1. Estarão **APTOS** à Matrícula os candidatos aprovados e classificados, no limite de vagas oferecidas pelo curso de Doutorado.
- 10.2. No ato da Matrícula, o candidato deverá apresentar os documentos originais e suas respectivas cópias para fins de conferência e autenticação, além de duas fotos 3x4 e do formulário de matrícula, junto ao Serviço Acadêmico, sob pena de desclassificação no certame, conforme listado no **ANEXO 5** deste Edital.

- 10.2.1. Em caráter excepcional, poderá ser aceita, pelo prazo de até 12 (doze) meses, a declaração de conclusão do mestrado e/ou doutorado, mantendo-se a apresentação dos demais documentos previstos. Contudo, a não apresentação do diploma no período previsto implicará no impedimento da defesa da tese.
- 10.3. A Matrícula dos candidatos selecionados para o curso de Doutorado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação será realizada em data a ser definida e comunicada por meio eletrônico a todos os candidatos aprovados e divulgada via sítio eletrônico do INPI.
- 10.4. Caso haja desistência de candidato(s) na matrícula poderá (ão) ser convocado(s), a título de reclassificação, outro(s) candidato(s) aprovado(s).

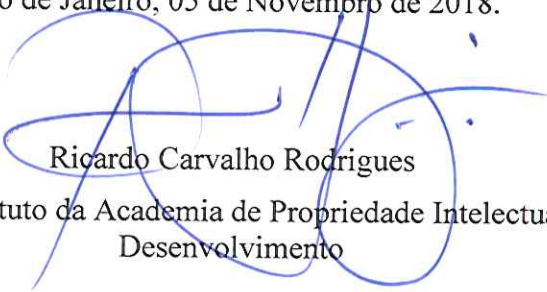
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização da **TERCEIRA** e/ou **QUARTA FASE** deste Edital deverá indicar, no formulário de inscrição, os recursos especiais necessários.
- 11.2. A candidata que estiver em fase de amamentação, e necessitar fazê-lo durante a realização da **TERCEIRA** e/ou **QUARTA FASE**, deverá comunicar a necessidade à Comissão de Seleção com antecedência mínima de um (1) mês. Além disso, deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não comunicar com a antecedência prevista e/ou não levar acompanhante não poderá participar dessas etapas.
- 11.3. A solicitação de atendimentos especiais será acatada segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 11.4. O candidato, ao se inscrever, acata as normas estabelecidas neste Edital e assume inteira responsabilidade sobre a veracidade das informações prestadas durante o processo seletivo.
- 11.5. O não cumprimento de quaisquer dos critérios determinados pelo presente Edital implicará na expressa eliminação do candidato.
- 11.6. A Comissão de Seleção é soberana quanto à aplicação das normas do processo de seleção definidas neste Edital.
- 11.7. É imprescindível que o candidato guarde todas as correspondências enviadas e recebidas durante o processo seletivo.
- 11.8. A inscrição do candidato no curso de Doutorado Profissional implicará no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
- 11.9. Servidores da Administração Pública Federal, se admitidos no Curso de Doutorado deverão observar a legislação vigente referente à capacitação, jornada de trabalho e frequência ao serviço.
- 11.10. Os documentos apresentados no Processo Seletivo regulamentado por este Edital estarão disponíveis no Serviço Acadêmico para a retirada pelos candidatos por 30 dias a contar do final do processo. Depois desse período, os documentos serão inutilizados. Os candidatos que quiserem receber de volta a documentação apresentada no Processo Seletivo deverão procurar pessoalmente o Serviço Acadêmico ou enviar um terceiro com procuração.

12. DOS CASOS OMISSOS

12.1. As situações não contempladas nesse Edital serão resolvidas pela CCMD e, se necessário, pelo Conselho de Pós-graduação dos Programas de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Inovação do INPI.

Rio de Janeiro, 05 de Novembro de 2018.



Ricardo Carvalho Rodrigues

Coordenador-Substituto da Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e
Desenvolvimento

ANEXO 1

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE ATUAÇÃO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PROPRIEDADE INTELECTUAL, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.

O estudo sobre a utilização estratégica dos ativos de propriedade intelectual (PI) como força propulsora do sistema de inovação e desenvolvimento, tanto no âmbito local, regional, nacional ou global é de grande relevância para o desenvolvimento. Sendo assim, a presente área de concentração engloba o estudo do sistema de propriedade intelectual e seu papel no desenvolvimento socioeconômico e no fomento à inovação. Aspectos relacionados ao aprimoramento do sistema de PI e impacto do próprio sistema são objetos da presente área de concentração, incluindo o papel e as ações desempenhadas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI-BR. A área está organizada em quatro diferentes temáticas relacionadas ao sistema de PI, as quais abordam o sistema de PI e seu papel no desenvolvimento local, regional, nacional e global, estudos setoriais, desenvolvimento tecnológico e a relação com a sociedade e empresas brasileiras.

LINHAS DE ATUAÇÃO

Linha 1: SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL, REGIONAL E GLOBAL.

Compreender o sistema de PI é fundamental para entender seus impactos na esfera global e local, onde a formação de blocos econômicos tem levado à busca de harmonização para todo o sistema de PI de forma a dar conta da livre circulação de produtos e serviços protegidos por direitos de propriedade intelectual (DPI). Refletir sobre essas transformações é aumentar o conhecimento acerca de todo o referido sistema, visando sua melhor compreensão e desenvolvimento de estratégias e políticas públicas para o uso eficiente do mesmo por todos os interessados. Esta linha inclui, portanto, estudos relacionados com a cooperação nacional e internacional entre diferentes atores sobre a importância dos DPI para o desenvolvimento socioeconômico no âmbito local, regional e internacional, incluindo o estudo do papel do INPI como Instituição Federal responsável por assuntos relacionados à PI.

Linha 2: PROPRIEDADE INTELECTUAL E ESTUDOS SETORIAIS.

Esta linha visa a promover estudos referentes às políticas específicas que envolvam direitos de propriedade intelectual e sua relevância para o desenvolvimento nacional e para o sistema de inovação, preparando profissionais altamente qualificados, em nível de doutorado, para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas. A relevância dos DPI na atualidade tem merecido destaque dentro de vários campos de conhecimento, incluindo a participação constante de instituições públicas e privadas para elaboração de políticas estratégicas, incluindo o próprio INPI. Estudos setoriais devem ser desenvolvidos de forma a tornar o uso dos DPI estratégico pelas empresas e demais instituições pertencentes à sociedade. Ademais, políticas públicas e políticas empresariais devem ser pensadas

levando-se em conta setores específicos, com demandas particulares e especificidades que os caracterizem. Desta forma, a linha visa a promover estudos sobre os direitos de PI para subsidiar a construção de políticas setoriais que possibilitem o desenvolvimento de setores específicos em função das demandas por eles apresentadas, incluindo a avaliação do papel de instituições públicas, como o INPI. Cabe destacar especial atenção na relação Universidade-Empresa, incluindo a questão da transferência de tecnologia e todo o processo de gestão dos ativos de PI.

Linha 3: SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO.

O desenvolvimento tecnológico é o motor do mundo atual. Empresas, cotidianamente, lançam inovações no mercado, promovendo o avanço da tecnologia. A dinâmica inovativa tem merecido diversos estudos, buscando compreender os diferentes fenômenos e sua influência no desenvolvimento dos países. Entretanto, para que uma nova tecnologia possa gerar o desenvolvimento, a mesma deve poder ser apropriada por aquele que a gerou. Desta forma, os DPI são elementos importantes na reflexão da apropriação de bens que resultem em desenvolvimento tecnológico e novos campos tecnológicos demandando a reflexão sobre as formas de proteção da PI. Para garantir a apropriação de maneira adequada e alavancar o desenvolvimento, é necessário um aprimoramento constante do sistema de PI, onde ativos como patentes de invenção, patentes de modelo de utilidade, topografia de circuitos integrados, programas de computador (*software*), cultivares, patrimônio genético e conhecimento tradicional associado se tornam elementos-chave. Este aprimoramento está diretamente vinculado à formação profissional qualificada, em nível de doutorado, de forma a pensar o sistema de uma forma interdisciplinar, desde o aprimoramento dos processos institucionais relacionados com a temática, onde se pode destacar o INPI, até o impacto dos ativos apresentados com o desenvolvimento socioeconômico. A combinação de áreas como direito, economia, engenharia, gestão, informação, cultura, sociologia, entre outras, torna-se essencial para as pesquisas relacionadas a essa linha de atuação, sempre visando à aplicação profissional dos estudos realizados. Ressalta-se que os aspectos relacionados com o papel do INPI na área de patentes, desenho industrial e *software* ganham destaque nessa linha, desde o seu papel para o desenvolvimento até o estudo dos gargalos relacionados ao trâmite administrativo do processo de avaliação destes ativos.

Linha 4: PROPRIEDADE INTELECTUAL, SOCIEDADE E EMPRESAS BRASILEIRAS.

Cada vez mais, o uso dos DPI tem afetado a sociedade como ente comum, bem como as empresas brasileiras, como entes específicos de direito privado. Estudos interdisciplinares que possuam enfoque sobre os ativos de PI e sua relação com a inovação, com ênfase em empresas brasileiras, são contextualizados dentro desta linha de Propriedade Intelectual, sociedade e empresas brasileiras. Todos os ativos de propriedade intelectual apresentam uma forte relação com a sociedade em geral, com destaque para o setor empresarial. Com base nessa relação, ativos que possuem uma relação diretamente com o consumidor ganham destaque nesta linha. Aspectos relacionados à distintividade de produtos e serviços, ornamentação, forma plástica, entre outras características que são fundamentais para o processo de competitividade necessitam de um sistema adequado de apropriação, com o aprimoramento constante do processo de proteção e gestão de ativos

como marcas, indicações geográficas, desenhos industriais e direitos autorais. O objetivo da linha é, portanto, proporcionar estudos específicos sobre o sistema de apropriação dos referidos ativos, incluindo estudos voltados para o aprimoramento de instituições atuantes no sistema, como por exemplo, o INPI e avaliar a influência destes ativos no universo da sociedade brasileira como um todo. Da mesma forma, a avaliação do papel dos referidos ativos e do aprimoramento do sistema de PI no âmbito das empresas brasileiras, tanto referente aos usos dos DPI, quanto em relação ao sistema nacional de inovação tem abrigo nesta linha. Por fim, mas não menos importante, aprimorar o sistema de concessão de ativos relacionados aos sinais distintivos é algo extremamente importante para toda a sociedade, contribuindo para o avanço do país, seja no campo econômico, social ou político, portanto aprimorar o sistema de avaliação administrativa dos ativos de PI relacionados com o tema, estudando e buscando resolver seus gargalos ganham ênfase nesta linha.



ANEXO 2

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Inovação

Doutorado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação

PROJETO DE TESE

TÍTULO:

ESTRUTURA

1. Introdução

Nesse item deve ser feita uma apresentação do tema proposto.

2. Questão de pesquisa

Apresentar a questão que a pesquisa pretende resolver.

3. Objetivos

Objetivo geral e objetivos específicos da tese.

4. Justificativa

Demonstrar a motivação, a originalidade e ineditismo da proposta de tese.

5. Metodologia

Descrição sucinta dos métodos e procedimentos a serem utilizados.

6. Cronograma proposto

O prazo máximo deverá ser de 42 meses.

7. Referências Bibliográficas

A relação das obras citadas no texto deve estar em conformidade com as regras da ABNT.

FORMATAÇÃO

Fonte: Times New Roman

Tamanho: 12

Espaçamento entre linhas: 1,5

Máximo: 10 páginas excluindo a folha de rosto



ANEXO 3

1. Produção Científica (Qualis Interdisciplinar) (máximo 4,0 pontos)	Pontuação por produto	Documentação comprobatória
1.1 Artigo publicado em periódicos Qualis A1	1,0	Primeira página do artigo contendo informações catalográficas e ISSN
1.2 Artigo publicado em periódicos Qualis A2; B1	0,6	Primeira página do artigo contendo informações catalográficas e ISSN
1.3 Artigo publicado em periódicos Qualis B2; B3	0,4	Primeira página do artigo contendo informações catalográficas e ISSN
1.4 Artigo publicado em periódicos Qualis B4; B5	0,3	Primeira página do artigo contendo informações catalográficas e ISSN
1.5 Artigo publicado em periódicos C ou não classificados	0,2	Primeira página do artigo contendo informações catalográficas e ISSN
1.6 Trabalho completo em Anais (congresso ou similar)	0,2	Informações catalográficas, índice e primeira página do texto
1.7 Resumo ou Resumo estendido em Anais (congresso ou similar)	0,1	Informações catalográficas, índice e primeira página do texto
1.8 Livro	1,0	Informações catalográficas com ISBN, editora e índice
1.9 Capítulo de livro	0,6	Informações catalográficas com ISBN, editora e índice
2. Produção Técnica (máximo 4,0 pontos)	Pontuação por produto	Documentação comprobatória
2.1 Organização de evento técnico/científico	0,2	Certificado, declaração ou publicação do evento em que conste o nome dos organizadores
2.2 Palestra em eventos	0,1	Documento emitido pela Comissão Organizadora do evento ou programa do evento no qual conste a atividade
2.3 Participação em projeto de pesquisa	0,1	Declaração do coordenador ou carta de concessão / outorga
2.4 Elaboração de material didático / instrucional	0,3	Declaração ou outro documento comprobatório
2.5 Elaboração de relatório técnico	0,3	Declaração ou outro documento comprobatório
2.6 Pedido de patente	0,5	Protocolo de depósito junto ao órgão competente
2.7 Patente concedida	1,0	Carta patente

2.8 Programa de computador	1,0	Registro ou documento que comprove autoria/titularidade
2.9 Desenho industrial	1,0	Registro junto a órgão competente
3. Experiência Acadêmica / Profissional (máximo 2,0 pontos)	Pontuação por produto	Documentação comprobatória
3.1 Anos de experiência em atividades relacionadas com propriedade intelectual e/ou inovação	0,5 (por ano)	Declaração emitida pelo órgão responsável ou cópia da carteira de trabalho
3.2 Curso de extensão na área de propriedade intelectual	0,2 (por curso)	Certificado emitido pelos organizadores
3.3 Experiência docente (sem sobreposição com o item 3.1)	0,5 (por ano)	Declaração emitida pelo órgão responsável ou cópia da carteira de trabalho
3.4 Aprovação em concurso público	0,3	Cópia da publicação em Diário Oficial
3.5 Monitoria	0,1 (por ano)	Certificado ou declaração emitida pelo órgão responsável
3.6 Prêmios atribuídos publicamente por instituição acadêmica ou outra	0,2	Documento de concessão do prêmio

ANEXO 3A

1. Produção Científica Interdisciplinar (máximo 4,0 pontos)	(Qualis	Pontuação por produto	Qtde de produtos	Pontuação total
1.1 Artigo publicado em periódicos Qualis A1		1,0		
1.2 Artigo publicado em periódicos Qualis A2; B1		0,6		
1.3 Artigo publicado em periódicos Qualis B2; B3		0,4		
1.4 Artigo publicado em periódicos Qualis B4; B5		0,3		
1.5 Artigo publicado em periódicos C ou não classificados		0,2		
1.6 Trabalho completo em Anais (congresso ou similar)		0,2		
1.7 Resumo ou Resumo estendido em Anais (congresso ou similar)		0,1		
1.8 Livro		1,0		
1.9 Capítulo de livro		0,6		
Subtotal 1		--		
2. Produção Técnica (máximo 4,0 pontos)				
2.1 Organização de evento técnico/científico		0,2		
2.2 Palestra em eventos		0,1		
2.3 Participação em projeto de pesquisa		0,1		
2.4 Elaboração de material didático / instrucional		0,3		
2.5 Elaboração de relatório técnico		0,3		
2.6 Pedido de patente		0,5		
2.7 Patente concedida		1,0		
2.8 Programa de computador		1,0		
2.9 Desenho industrial		1,0		
Subtotal 2		--		
3. Experiência Acadêmica / Profissional (máximo 2,0 pontos)				
3.1 Anos de experiência em atividades relacionadas com propriedade intelectual e/ou inovação		0,5 (por ano)		

3.2 Curso de extensão na área de propriedade intelectual	0,2 (por curso)		
3.3 Experiência docente (sem sobreposição com o item 3.1)	0,5 (por ano)		
3.4 Aprovação em concurso público	0,3		
3.5 Monitoria	0,1 (por ano)		
3.6 Prêmios atribuídos publicamente por instituição acadêmica ou outra	0,2		
Subtotal 3	--		
TOTAL DE PONTOS (Subtotal 1 + 2 + 3)			

NOME:

ANEXO 4
CALENDÁRIO

PROCESSO SELETIVO 2018/2019 DOUTORADO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO		
DATA	DIA DA SEMANA	ASSUNTO
06/11 a 14/12/2018	Período	Inscrições para o processo seletivo.
08/01/2019	3ª feira	Publicação da listagem dos candidatos aptos a participar da SEGUNDA FASE do processo seletivo.
15/01/2019	3ª feira	Divulgação do resultado da Análise de Projeto de Tese.
16/01/2019	4ª feira	Solicitação de vista da Análise de Projeto de Tese.
17/01/2019	5ª feira	Vista e interposição de recurso para a Análise de Projeto de Tese.
22/01/2019	3ª feira	Divulgação do resultado da SEGUNDA FASE, após julgamento dos recursos.
22/01/2019	3ª feira	Publicação da listagem dos candidatos aptos a participar da TERCEIRA FASE do processo seletivo.
25/01/2019	6ª feira	Prova de Inglês.
05/02/2019	3ª feira	Divulgação das notas da Prova de Inglês.
06/02/2019	4ª feira	Solicitação de vista da Prova de Inglês.
07/02/2019	5ª feira	Vista e interposição de recursos para a Prova de Inglês.
12/02/2019	3ª feira	Divulgação do resultado da TERCEIRA FASE, após julgamento dos recursos.
12/02/2019	3ª feira	Publicação da listagem dos candidatos aptos a participar da QUARTA FASE do processo seletivo.
18 a 22/02/2019	Período	Defesa do Projeto de Tese com arguição do candidato.
26/02/2019	3ª feira	Divulgação das notas da QUARTA FASE do processo seletivo.
26/02/2019	3ª feira	Publicação do RESULTADO FINAL.
27/02 a 05/03/2019	Período	Interposição de recursos.
15/03/2019	6ª feira	Divulgação da interposição de recurso ao RESULTADO FINAL do processo seletivo.



ANEXO 5

DOUTORADO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO PROCESSO SELETIVO 2018/2019 DOCUMENTAÇÃO PARA MATRÍCULA		
Item	Documento (original e cópia, quando aplicável)	
01	02 (duas) fotos 3 x 4	
02	Ficha de matrícula	
03	Certidão de nascimento ou de casamento	
04	Identidade	
05	CPF	
06	Diploma de graduação	
07	Diploma de mestrado e/ou doutorado ou Declaração de conclusão	
08	Histórico escolar da graduação	
09	Histórico escolar da pós-graduação	
10	Título de eleitor	
11	Comprovação de votação nas duas últimas eleições ou certidão negativa emitida pelo TER	
12	Certificado de reservista (quando aplicável)	
13	Comprovante de proficiência em língua inglesa (quando aplicável)	



EDITAL DE SELEÇÃO

MESTRADO PROFISSIONAL EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO

O Conselho de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Inovação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), no uso de suas atribuições regimentais, torna pública a abertura de inscrições e estabelece normas relativas ao Exame de Seleção para o Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação do ano de 2018, para admissão em 2019.

O Curso de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação é recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC) para atuar na área de concentração Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento.

O objetivo do Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Inovação é oferecer curso *stricto sensu*, em nível de Mestrado Profissional, no campo da Propriedade Intelectual e Inovação, visando aprimorar a competência científica e tecnológica de seu corpo discente.

As aulas do Mestrado Profissional ocorrerão na cidade do Rio de Janeiro, na Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do INPI, atualmente situada na Rua Mayrink Veiga, nº. 9/17º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ. O curso será gratuito e terá a duração prevista de 18 meses.

A Comissão dos Cursos de Mestrado e Doutorado Profissionais (CCMD) em Propriedade Intelectual e Inovação indicará uma Comissão de Seleção, constituída por três docentes, a qual será responsável por todo o Exame de Seleção previsto neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. Podem inscrever-se para o processo seletivo os candidatos portadores de **DIPLOMA DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO**, emitido por Instituição de Ensino Superior (IES) e reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação (CNE/MEC) em qualquer área de conhecimento no Brasil ou em IES de outro país, desde que atendidas às exigências descritas no item 2.2.1 (d) deste Edital. E com experiência profissional e/ou acadêmica comprovada.
- 1.2. Serão oferecidas inicialmente 25 vagas para o curso de Mestrado Profissional.
 - 1.2.1. Caso não haja candidatos aprovados em número suficiente para suprir todas as vagas, as remanescentes poderão ser convertidas na proporção de duas vagas de Mestrado Profissional para uma vaga para o Exame de Seleção para o Doutorado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação do ano de 2018, para admissão em 2019.
 - 1.2.2. Havendo disponibilidade de vagas ociosas, as mesmas poderão ser disponibilizadas seguindo a ordem de classificação dos candidatos, respeitado o limite de vagas ofertadas por docente.
- 1.3. As vagas inicialmente oferecidas seguirão a seguinte distribuição: 10 (dez) vagas de ampla concorrência; duas (2) vagas destinadas a pessoa com deficiência física comprovada em consonância com o Decreto nº 3.298/1999; 1 (uma) vaga destinada a candidatos autodeclarados negros ou indígenas (declarando tal condição no ato da inscrição); 12 (doze) vagas reservadas a servidores públicos, sendo que os servidores do INPI terão uma quota de oito (8) dentre as doze (12) vagas reservadas para o funcionalismo público.

1.3.1. Caso os servidores do INPI não ocupem as oito (8) vagas, as remanescentes serão revertidas para servidores públicos em geral.

1.3.2. Caso a reserva de doze (12) vagas para servidores públicos não seja totalmente utilizada, as ociosas serão disponibilizadas à ampla concorrência.

1.3.3. As vagas destinadas aos candidatos com deficiência física e àqueles autodeclarados negros ou indígenas, caso não sejam utilizadas, também serão revertidas à ampla concorrência.

1.4. As vagas para o curso de Mestrado Profissional serão preenchidas nos limites individuais definidos por cada Professor Orientador, conforme indicado no item 1.5 deste Edital.

1.5. As temáticas de pesquisa e o quadro de vagas por orientador estão indicados nas tabelas a seguir:

Cód.	Temáticas de pesquisa
A	Aprimoramento da gestão dos escritórios de PI
B	Aspectos socioeconômicos da PI
C	Contratos de licença, transferência de tecnologia e franquias
D	Cooperação internacional em matéria de PI
E	Educação e Difusão da PI
F	Estudos relacionados ao exame de desenhos industriais
G	Estudos relacionados ao exame de marcas
H	Estudos relacionados ao exame de patentes
I	Legislação comparada em PI
J	PI e desenvolvimento
L	PI e estudos setoriais
M	PI e políticas públicas
N	PI e prospecção tecnológica
O	Tecnologias emergentes e estratégias de proteção
P	Uso estratégico da PI

Docentes do Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação	Vagas	Linhas de atuação (conforme ANEXO 1 do Edital)	Temáticas de pesquisa
Adelaide Maria de Souza Antunes	2	1, 2 e 3	A; B; E; H; L; N; O
Alexandre Guimarães Vasconcellos	2	1, 2 e 3	A; B; E; H; J; M; N; P
Celso Luiz Salgueiro Lage	2	1, 2 e 3	A; B; D; G; H; I; L; M; N; O; P
Dirceu Yoshikazu Teruya	2	1, 2 e 4	A; B; C; P
Eduardo Winter	1	2, 3 e 4	A; B; E; H; L; M; N; O
Elizabeth Ferreira da Silva	2	1, 2 e 4	B; D; G; I; J; L; M; O; P
Kátia Regina do Valle Freitas Pinto	2	2, 3 e 4	A; B; C; D; E; I; L; M; P

Patrícia Pereira Peralta	2	1, 2 e 4	B; F; G; I; O; P
Ricardo Carvalho Rodrigues	2	1, 2 e 3	A; B; H; N; E; L; O; P
Rita Pinheiro Machado	3	1 e 2	A; B; M
Sergio Medeiros Paulino de Carvalho	3	1, 2 e 3	A; B; J; L; M; N; O
Vinicius Bogéa Câmara	2	1 e 4	A; B; D; G

- 1.6. As propostas de projetos deverão estar alinhadas com as temáticas de pesquisa do orientador, de caráter não exaustivo, e enquadradas no escopo das linhas de atuação do Programa, descritas no **ANEXO 1**.
- 1.7. Os candidatos serão submetidos a processo seletivo único e a ordem de classificação final ocorrerá de acordo com as vagas oferecidas por cada orientador indicado.
- 1.8. Os candidatos aprovados, porém não classificados nas vagas do docente, poderão ser remanejados para outro docente que ofereça vaga neste Edital, apenas na hipótese de que esse último conte com vagas ociosas.
- 1.9. As solicitações de remanejamento previstas no item 1.8 podem ser pleiteadas pelo candidato aprovado e não classificado até 30 dias contados da data do resultado final da seleção, condicionadas ao aceite de ambos os docentes, e desde que não envolva alteração no projeto de pesquisa originalmente apresentado.
- 1.10. Os servidores públicos aprovados deverão observar a legislação vigente, no ato da matrícula, quanto à capacitação, jornada de trabalho e frequência.
- 1.11. A CCMD se reserva o direito de não preencher o total de vagas oferecidas e remanejá-las para o Exame de Seleção do Curso de Doutorado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação, caso necessário.
- 1.12. No caso de existirem bolsas de estudo, estas serão alocadas por ordem de classificação dos aprovados, conforme critérios estabelecidos pelas agências de fomento e observados pela CCMD.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. PERÍODO E LOCAL

- 2.1.1. As inscrições serão realizadas, conforme **CALENDÁRIO** que consta no **ANEXO 2** deste Edital.
- 2.1.2. O horário de atendimento presencial para recepção das candidaturas no Serviço Acadêmico da Academia de Propriedade Intelectual e Inovação do INPI será das 9 às 12 horas e das 13 às 16 horas (horário de Brasília).
- 2.1.3. A inscrição será realizada por meio do **FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO NO MESTRADO** disponível via <http://www.inpi.gov.br/academia/em-destaque/processo-seletivo-1/mestrado> que poderá ser entregue: a) pessoalmente pelo candidato ou por pessoa legitimada por meio de procuração, no Serviço Acadêmico, Rua Mayrink Veiga, nº. 9 / 17º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20090-910; ou, b) por e-mail selecao2018@inpi.gov.br.
- 2.1.4. No caso do candidato optar pelo envio da documentação pelo e-mail selecao2018@inpi.gov.br, só será considerada a documentação efetivamente

recebida, dentro do prazo estabelecido no **CALENDÁRIO** que consta no **ANEXO 2** deste Edital, independente do que seja declarado pelo candidato.

2.1.5. Em todos os casos, o candidato receberá a confirmação de recebimento de documentação a ser entregue pelo Serviço Acadêmico no ato da inscrição ou encaminhada por e-mail, no caso das inscrições não presenciais.

2.1.6. Os candidatos aprovados e classificados para cursar o Mestrado Profissional terão de apresentar, obrigatoriamente, os documentos originais para autenticação de todas as cópias usadas no processo de inscrição do processo seletivo. A não apresentação no ato da matrícula dos originais de qualquer dos documentos cujas cópias tenham sido usadas na inscrição implicará na desclassificação definitiva do candidato.

2.2. DOCUMENTOS EXIGIDOS

2.2.1. O candidato deverá apresentar até o último dia de inscrição no processo seletivo, que consta do **CALENDÁRIO** apresentado no **ANEXO 2**, a documentação abaixo relacionada:

a. **FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO**, disponível em <http://www.inpi.gov.br/academia/em-destaque/processo-seletivo-1/mestrado>, devidamente preenchido e assinado;

b. **CARTA DE APRESENTAÇÃO** do candidato dirigida à Comissão de Seleção Com as razões e interesses do mesmo para participar do curso de Mestrado Profissional, justificando a escolha do tema de pesquisa e descrevendo, se possível, as interações do curso com suas atividades profissionais. Além disso, a referida carta deverá indicar a disponibilidade de tempo para a realização do curso, e se há interesse do candidato por bolsa de mestrado, caso haja disponibilidade. Ressalta-se que a candidatura à bolsa de estudo dependerá do enquadramento do aluno às regras de concessão da agência de fomento.

c. **CARTA DO EMPREGADOR** ou **CHEFIA IMEDIATA E MEDIATA** com a anuência da respectiva diretoria ou similar (no caso de servidor do INPI ou da Administração Pública), aos cuidados da **Comissão de Seleção**, caracterizando o interesse do empregador na participação do candidato e sua anuência quanto à escolha do tema de pesquisa e à liberação da carga horária necessária para o cumprimento das disciplinas e atividades do curso. Os candidatos que não possuírem vínculo empregatício, ou seja, os profissionais autônomos deverão declará-lo em sua **CARTA DE APRESENTAÇÃO** (item 2.2.1.b);

d. **1 (uma)** cópia, frente e verso, do **DIPLOMA DE GRADUAÇÃO** emitido por IES e reconhecido pelo CNE/MEC;

d.1. No caso de candidato cujo diploma ainda não tenha sido expedido, este poderá apresentar a **DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO**, fornecida por IES reconhecida pelo CNE/MEC, declarando a data da conclusão do curso;

d.2. No caso de candidato estrangeiro, ou portador de diploma emitido por IES estrangeira, para que a Matrícula seja efetuada, em caso de aprovação, o mesmo deverá apresentar no ato da mesma, o **DIPLOMA DE GRADUAÇÃO** com visto consular brasileiro e tradução feita por tradutor juramentado, nos termos da legislação vigente, além de passaporte válido com visto de entrada e permanência para fins de estudos no Brasil, se cabível. Para a inscrição no

processo seletivo, tanto o **DIPLOMA** quanto o **HISTÓRICO ESCOLAR** poderão ser apresentados sem a tradução.

d.2.1. O diploma de curso superior obtido em país estrangeiro depende de revalidação por universidade pública brasileira, de acordo com: 1) o art. 48, § 2º, da Lei 9.394/1996 que diz “*Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação*”; e, 2) a Resolução 01/2002 do Conselho Nacional de Educação - Câmara de Ensino Superior do Ministério da Educação que “*estabelece normas para a revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior*”.

- e. **1 (uma) cópia do HISTÓRICO ESCOLAR completo do Curso de Graduação;**
 - e.1. No caso do candidato ainda estar cursando a graduação no momento da inscrição, este deverá entregar o Histórico Escolar parcial atualizado;
 - e.2. No caso de candidato estrangeiro ou que tenha cursado a graduação em IES estrangeira, este deverá apresentar uma cópia da tradução juramentada do Histórico Escolar no ato da matrícula para que esta seja efetuada.
- f. **1 (uma) cópia do CURRICULUM VITAE cadastrado na Plataforma Lattes disponível via <http://lattes.cnpq.br/>.**
- g. **1 (uma) cópia da CÉDULA DE IDENTIDADE ou PASSAPORTE válido, no caso de estrangeiros não residentes no Brasil.**
- h. **1 (uma) cópia do CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF) ou de documento oficial que conste o CPF, dispensável no caso de estrangeiros não residentes no Brasil.**
- i. **1 (uma) cópia de CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA INGLESA, caso o candidato requeira dispensa de realização da prova discursiva de compreensão de textos em língua inglesa obrigatória. Para tanto será aceito um dos seguintes Certificados:**
 - i.1. TOEFL (com 70% da pontuação máxima; mínimo de 213 pontos para o *Computer-based Test – CBT* ou 550 pontos para o *Paper-based Test* ou 80 pontos para o *Internet-based Test - IBT*), obtido há cinco anos, no máximo;
 - i.2. *Michigan, Cambridge (Certificate of Proficiency in English — CPE* ou *Certificate in Advanced English — CAE*), obtido há cinco anos, no máximo;
 - i.3. *International English Language Test (IELTS*, mínimo de 6,0 pontos) obtido há cinco anos, no máximo;
 - i.4. Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa mediante aprovação em teste oficialmente reconhecido pelo MEC, como o Celpe-Bras - Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros, no caso de candidato estrangeiro;
 - i.5 Qualquer outro documento deverá ser avaliado pela Comissão de Seleção.
- j. **CARTA DE ACEITE DO ORIENTADOR.** O candidato deverá estabelecer um contato prévio com docente credenciado no curso de Mestrado Profissional para orientá-lo caso venha a ser aprovado no exame de seleção. Este contato deve ser feito com a devida antecedência sendo que alguns docentes

consideram importante a realização de um estágio prévio. A apresentação da carta não significa que o candidato já esteja aprovado no processo seletivo.

- k. **3 (TRÊS) EXEMPLARES DA PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA** com um máximo de 10 laudas, com a identificação do candidato, que deverá ser elaborada de acordo com o modelo disposto no **ANEXO 3**. A **PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA** que não seguir o modelo proposto será rejeitada na **PRIMEIRA FASE** deste processo seletivo.

3. DO PROCESSO SELETIVO

3.1. O processo seletivo será regido por este Edital, compreendendo três fases.

3.1.1. **PRIMEIRA FASE:** análise de documentação, conforme disposto no item 2.2 deste Edital. A ausência de qualquer documento exigido implicará no indeferimento da inscrição do candidato e sua consequente eliminação do processo seletivo. Ademais, caso a proposta não esteja elaborada de acordo com o disposto no **ANEXO 3**, o candidato será eliminado.

3.1.2. **SEGUNDA FASE:** realização de **PROVA DISCURSIVA** presencial sobre Propriedade Intelectual e Inovação, e quanto ao entendimento da língua inglesa, conforme item 4.2.

3.1.3. **TERCEIRA FASE:** análise substantiva da **PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA**; análise substantiva do **CURRÍCULO LATTES**; **AVALIAÇÃO ORAL COM DEFESA DA PROPOSTA DE PROJETO** pelo candidato.

4. CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DO CANDIDATO

4.1. DA PRIMEIRA FASE:

4.1.1. A **PRIMEIRA FASE** do processo seletivo compreenderá a análise formal de toda a documentação entregue pelo candidato, conforme disposto no item 2.2 deste Edital.

4.1.2. Após a análise formal dos **DOCUMENTOS**, o candidato será considerado **APTO** ou **INAPTO** para continuar no processo seletivo.

4.1.3. O INPI publicará o extrato do resultado da **PRIMEIRA FASE** no Diário Oficial da União e a listagem dos candidatos **APTOS** a participar da **SEGUNDA FASE** do processo seletivo no sítio eletrônico e na RPI do INPI, conforme **CALENDÁRIO** que consta no **ANEXO 2** deste Edital.

4.2. DA SEGUNDA FASE:

4.2.1. O candidato realizará **PROVA DISCURSIVA** presencial sobre Propriedade Intelectual e Inovação e **PROVA DE INGLÊS** que ocorrerão apenas na Sede do INPI situada na Rua Mayrink Veiga, 9/17º andar – Centro – Rio de Janeiro.

4.2.1.1. A **PROVA DISCURSIVA** presencial de Propriedade Intelectual e Inovação terá duração de 3 (três) horas, impreterivelmente, começando às 9h30min e terminando às 12h30min (horário de Brasília), conforme **CALENDÁRIO** que consta no **ANEXO 2** deste Edital.

4.2.1.2. A **BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA** para a realização da **PROVA DISCURSIVA** está disponível no **ANEXO 4** deste Edital.

- 4.2.1.3.** A **PROVA DISCURSIVA** tem caráter eliminatório e classificatório.
- 4.2.1.4.** Para que o candidato seja considerado **Aprovado na PROVA DISCURSIVA**, a nota recebida deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete).
- 4.2.1.5.** Na avaliação da **PROVA DISCURSIVA**, serão observados os seguintes critérios:
- a. Pertinência da resposta em relação à pergunta;
 - b. Capacidade de expressão escrita, incluindo ordenamento lógico dos argumentos, coesão argumentativa, precisão conceitual, clareza e fluência, bem como adequação à norma culta do português escrito.
- 4.2.1.6.** Para os candidatos que não tenham apresentado, no ato da inscrição, comprovante de proficiência em língua inglesa, conforme item 2.2.1. (i), a **PROVA DE INGLÊS** terá duração de três (3) horas, começando impreterivelmente às 14h e terminando às 17h (horário de Brasília), conforme **CALENDÁRIO** que consta no **ANEXO 2** deste Edital.
- 4.2.1.7.** O candidato poderá utilizar dicionário impresso para realizar a **PROVA DE INGLÊS**.
- 4.2.1.8.** A **PROVA DE INGLÊS**, cuja nota deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete), terá caráter eliminatório.
- 4.2.1.9.** Na avaliação da **PROVA DE INGLÊS** serão observados os seguintes critérios:
- a. Capacidade de compreensão de texto;
 - b. Pertinência da resposta em relação à pergunta;
 - c. Capacidade de ordenamento lógico das respostas, clareza e fluência.
- 4.2.2.** Ambas as provas deverão ser respondidas com caneta esferográfica azul ou preta.
- 4.2.3.** É vedado portar qualquer tipo de equipamento eletrônico durante as provas. Os candidatos deixarão seus pertences com o Fiscal de Prova.
- 4.2.4.** O INPI publicará extrato do resultado da **SEGUNDA FASE** no Diário Oficial da União e a relação completa de notas no sítio eletrônico do INPI, conforme **CALENDÁRIO** que consta no **ANEXO 2** deste Edital.
- 4.2.5.** Esta fase apresentará um prazo para **VISTA DE PROVAS E APRESENTAÇÃO DE RECURSO**, descritos no item 5 deste Edital, conforme **CALENDÁRIO** que consta no **ANEXO 2** do mesmo.
- 4.2.6.** Após avaliação dos **RECURSOS** o INPI publicará o extrato do resultado da **SEGUNDA FASE** no Diário Oficial da União e a listagem completa dos candidatos selecionados para a **TERCEIRA FASE** do processo seletivo no sítio eletrônico e na RPI do INPI.
- 4.3. DA TERCEIRA FASE:**
- 4.3.1.** Esta fase será composta pela **ANÁLISE SUBSTANTIVA da PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA; ANÁLISE SUBSTANTIVA do CURRÍCULO LATTES; AVALIAÇÃO ORAL COM DEFESA DA PROPOSTA DE PROJETO** apresentada no ato da inscrição.

- 4.3.2. Esta fase será conduzida por uma banca examinadora composta por, pelo menos, três docentes do Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do INPI, indicada pela **Comissão de Seleção**.
- 4.3.3. Na **análise substantiva da PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA** serão avaliados:
- a. O objeto e conteúdo da **PROPOSTA DE PESQUISA**;
 - b. A pertinência da **PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA** à temática de Propriedade Intelectual e Inovação;
 - c. A capacidade de expressão escrita, incluindo ordenamento lógico dos argumentos, coesão argumentativa, precisão conceitual, clareza e fluência, bem como a adequação à norma culta do português escrito;
 - d. A relevância da **PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA** para o Programa de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento; e,
 - e. A capacidade de execução do **PROJETO** proposto durante o período do curso de Mestrado Profissional, com duração prevista de 18 meses.
- 4.3.4. As informações do **CURRÍCULO LATTES** servirão de suporte à banca examinadora para a **AValiação Oral do Candidato**.
- 4.3.5. A **APRESENTAÇÃO ORAL DA PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA** será realizada em horário e local a serem definidos pela **Comissão de Seleção** e informados ao candidato por e-mail e pelo sítio eletrônico do INPI.
- 4.3.6. A **AValiação Oral** consistirá da análise dos seguintes pontos:
- a. **DEFESA DA PROPOSTA DE PROJETO** apresentada;
 - b. Experiências acadêmicas e profissionais do candidato, tendo como base o **CURRÍCULO LATTES**;
 - c. A motivação do candidato para a realização do curso de Mestrado Profissional do INPI;
 - d. A capacidade de articulação, clareza e consistência da expressão oral do candidato; e,
 - e. Outras informações consideradas pertinentes pela banca examinadora.
- 4.3.7. A **PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA** e a **AValiação Oral**, em conjunto, receberão uma única nota que pode variar entre 0 e 10, sendo que a nota mínima para aprovação será 7,0 (sete).
- 4.3.8. A **TERCEIRA FASE** terá caráter eliminatório e classificatório.
- 4.3.9. A **TERCEIRA FASE** ocorrerá, conforme **CALENDÁRIO** que consta no **ANEXO 2** deste Edital.
- 4.3.10. O INPI publicará o extrato do resultado no Diário Oficial da União e as notas da **TERCEIRA FASE** no sítio eletrônico e na RPI do INPI, conforme **CALENDÁRIO** que consta no **ANEXO 2** deste Edital.



5. DA VISTA DE PROVAS E INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

- 5.1. A solicitação de **VISTA DA PROVA DISCURSIVA** e da **PROVA DE INGLÊS** deverá ser realizada por e-mail para selecao2018@inpi.gov.br, indicando no Assunto da mensagem: **VISTA DE PROVA – MESTRADO 2019**, conforme **CALENDÁRIO** que consta no **ANEXO 2** deste Edital.
- 5.2. Os **RECURSOS** relativos ao resultado da **PROVA DISCURSIVA** e da **PROVA DE INGLÊS** da **SEGUNDA FASE** do processo seletivo poderão ser interpostos, conforme **CALENDÁRIO** que consta no **ANEXO 2** deste Edital.
- 5.3. Os **RECURSOS** serão apresentados por meio de requerimento em formulário próprio, disponível via <http://www.inpi.gov.br/academia/em-destaque/processo-seletivo-1/mestrado> e encaminhados por e-mail para selecao2018@inpi.gov.br, conforme **CALENDÁRIO** que consta no **ANEXO 2** deste Edital.
- 5.4. Os **RECURSOS** deverão ser formulados observando os seguintes pontos:
- Cada formulário de recurso deverá tratar do questionamento referente a apenas uma questão.
 - O **RECURSO** deverá ser redigido com uma justificativa clara, concisa e precisa, ressaltando os pontos que o candidato julgar questionáveis na avaliação, fundamentados em referências bibliográficas.
 - O **RECURSO** deverá conter o nome do candidato, número de inscrição, data e assinatura.

6. DA DECISÃO SOBRE OS RECURSOS

- 6.1. Os **RECURSOS** serão instruídos e decididos pela **Comissão de Seleção**.
- 6.2. As decisões emitidas pela **Comissão de Seleção** terão caráter definitivo.
- 6.3. A publicação do extrato do resultado dos **RECURSOS** será feita no Diário Oficial da União e o resultado completo será divulgado via sítio eletrônico do INPI, conforme **CALENDÁRIO** que consta no **ANEXO 2** deste Edital.

7. DA NOTA FINAL DO EXAME DE SELEÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 7.1. A nota final no processo seletivo será o somatório das notas: da **SEGUNDA FASE (PROVA DISCURSIVA)** e **TERCEIRA FASE**, podendo ser no máximo 20,00 e no mínimo 14,00 pontos.
- 7.2. As notas finais dos candidatos aprovados serão ordenadas em ordem decrescente.
- 7.3. Em caso de empate, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:
- Obtiver a maior nota na **AValiação ORAL**.
 - Obtiver a maior nota na **PROVA DISCURSIVA**.
 - Em caso de candidatos maiores de 60 anos o primeiro quesito de desempate será a idade, com base no art. 27 § único da Lei 10.741 de 1/10/2003 - Estatuto do Idoso.

8. DO RESULTADO FINAL

- 8.1. O resultado final será divulgado conforme **CALENDÁRIO** que consta no **ANEXO 2** deste Edital.
- 8.2. O extrato do resultado será divulgado no Diário Oficial da União e a lista completa dos aprovados com as respectivas notas finais do exame de seleção, por ordem de classificação, via sítio eletrônico do INPI.

9. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO REFERENTE AO RESULTADO FINAL

- 9.1. Os candidatos terão prazo de sete (7) dias úteis para interpor recurso contra o resultado final, conforme **CALENDÁRIO** que consta no **ANEXO 2** deste Edital.

10. DA DECISÃO SOBRE OS RECURSOS

- 10.1. Os **RECURSOS** serão instruídos e decididos pela Comissão de Seleção.
- 10.2. As decisões emitidas pela Comissão de Seleção terão caráter definitivo.
- 10.3. A publicação do extrato do resultado dos **RECURSOS** será feita no Diário Oficial da União e o resultado completo será divulgado via sítio eletrônico do INPI, conforme **CALENDÁRIO** no **ANEXO 2** deste Edital.

11. DA MATRÍCULA

- 11.1. Estarão **APTOS** à Matrícula no Curso de Mestrado Profissional do INPI, os candidatos classificados e aprovados, no limite de vagas oferecidas pelo curso de Mestrado Profissional.
- 11.2. No ato da Matrícula, o candidato deverá apresentar os documentos originais e suas respectivas cópias para fins de conferência e autenticação, além de duas fotos 3x4 e do formulário de matrícula, junto ao Serviço Acadêmico, sob pena de desclassificação no certame, conforme listado no **ANEXO 5** deste Edital.
 - 11.2.1. Em caráter excepcional, poderá ser aceita, pelo prazo de até 12 meses, a Declaração de Conclusão de Curso de Graduação realizado em IES credenciada pelo CNE/MEC, mantendo-se a apresentação dos demais documentos previstos. Contudo, a não apresentação do diploma no período previsto implicará no impedimento da defesa da dissertação.
- 11.3. A matrícula dos candidatos selecionados para o Curso de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação do INPI será realizada em data a ser definida pelo Programa de Pós-Graduação e comunicada pelo Serviço Acadêmico por meio eletrônico a todos os candidatos aprovados, e divulgados no sítio eletrônico do INPI.
- 11.4. Caso haja desistência de candidato(s) na matrícula, poder-se-á convocar, a título de reclassificação, outro(s) candidato(s) aprovado(s).

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização da SEGUNDA e/ou TERCEIRA FASE deste Edital deverá indicar, no formulário de inscrição, os recursos especiais necessários.



- 12.2. A candidata que estiver em fase de amamentação, e necessitar fazê-lo durante a realização da SEGUNDA e/ou TERCEIRA FASE, deverá comunicar a necessidade à Comissão de Seleção com antecedência mínima de um (1) mês. Além disso, deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não comunicar com a antecedência prevista e/ou não levar acompanhante não poderá participar dessas etapas.
- 12.3. A solicitação de atendimentos especiais será acatada segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 12.4. O candidato, ao se inscrever, acata as normas estabelecidas neste Edital, e assume inteira responsabilidade sobre a veracidade das informações prestadas durante o processo seletivo.
- 12.5. O não cumprimento de quaisquer dos critérios determinados pelo presente Edital implicará na expressa eliminação do candidato.
- 12.6. A Comissão de Seleção é soberana quanto à aplicação das normas do processo de seleção definidas neste Edital.
- 12.7. É imprescindível que o candidato guarde todas as correspondências enviadas e recebidas durante o processo seletivo.
- 12.8. A matrícula do candidato no curso de Mestrado Profissional do INPI implicará no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
- 12.9. Servidores da Administração Pública Federal, se admitidos no Curso de Mestrado Profissional do INPI deverão observar a legislação vigente referente à capacitação, jornada de trabalho e frequência ao serviço.
- 12.10. Os documentos apresentados no Processo Seletivo regulamentado por este Edital estarão disponíveis no Serviço Acadêmico para a retirada pelos candidatos por 30 (trinta) dias a contar do final do processo. Depois desse período, os documentos serão inutilizados. Os candidatos que quiserem receber de volta a documentação apresentada no Processo Seletivo deverão procurar pessoalmente o Serviço Acadêmico ou enviar um terceiro com procuração.

13. DOS CASOS OMISSOS

- 13.1. As situações não contempladas nesse Edital serão resolvidas pela CCMD.

Rio de Janeiro, 05 de Novembro de 2018.

Ricardo Carvalho Rodrigues

Coordenador-Substituto da Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento



ANEXO 1

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE ATUAÇÃO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PROPRIEDADE INTELECTUAL, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.

O estudo sobre a utilização estratégica dos ativos de propriedade intelectual (PI) como força propulsora do sistema de inovação e desenvolvimento, tanto no âmbito local, regional, nacional ou global é de grande relevância para o desenvolvimento. Sendo assim, a presente área de concentração engloba o estudo do sistema de PI quanto ao seu papel no desenvolvimento socioeconômico e no fomento à inovação. Aspectos relacionados ao aprimoramento do sistema de PI e impacto do próprio sistema são objetos da presente área de concentração, incluindo o papel e as ações desempenhadas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI-BR. A área está organizada em quatro diferentes temáticas relacionadas ao sistema de PI, as quais abordam o sistema de PI e seu papel no desenvolvimento local, regional, nacional e global, estudos setoriais, desenvolvimento tecnológico e a relação com a sociedade e empresas brasileiras.

LINHAS DE ATUAÇÃO

Linha 1: SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL, REGIONAL E GLOBAL.

Compreender o sistema de PI é fundamental para entender seus impactos na esfera global e local, onde a formação de blocos econômicos tem levado à busca de harmonização para todo o sistema de PI de forma a dar conta da livre circulação de produtos e serviços protegidos por direitos de propriedade intelectual (DPI). Refletir sobre essas transformações é aumentar o conhecimento acerca de todo o referido sistema, visando sua melhor compreensão e desenvolvimento de estratégias e políticas públicas para o uso eficiente do mesmo por todos os interessados. Esta linha inclui, portanto, estudos relacionados com a cooperação nacional e internacional entre diferentes atores sobre a importância dos DPI para o desenvolvimento socioeconômico no âmbito local, regional e internacional, incluindo o estudo do papel do INPI como Instituição Federal responsável por assuntos relacionados à PI.

Linha 2: PROPRIEDADE INTELECTUAL E ESTUDOS SETORIAIS.

Esta linha visa a promover estudos referentes às políticas específicas que envolvam direitos de propriedade intelectual e sua relevância para o desenvolvimento nacional e o sistema de inovação, preparando profissionais altamente qualificados, em nível de mestrado, para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas. A relevância dos DPI na atualidade tem merecido destaque dentro de vários campos de conhecimento, incluindo a participação constante de instituições públicas e privadas para elaboração de políticas estratégicas, incluindo o próprio INPI. Estudos setoriais devem ser desenvolvidos de forma a tornar o uso dos DPI estratégico pelas empresas e demais instituições pertencentes à

sociedade. Ademais, políticas públicas e políticas empresariais devem ser pensadas levando-se em conta setores específicos, com demandas particulares e especificidades que os caracterizem. Desta forma, a linha visa a promover estudos sobre os direitos de PI para subsidiar a construção de políticas setoriais que possibilitem o desenvolvimento de setores específicos em função das demandas por eles apresentadas, incluindo a avaliação do papel de instituições públicas, como o INPI. Cabe destacar especial atenção na relação Universidade-Empresa, incluindo a questão da transferência de tecnologia e todo o processo de gestão dos ativos de PI.

Linha 3: SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO.

O desenvolvimento tecnológico é o motor do mundo atual. Empresas, cotidianamente, lançam inovações no mercado, promovendo o avanço da tecnologia. A dinâmica inovativa tem merecido diversos estudos, buscando compreender os diferentes fenômenos e sua influência no desenvolvimento dos países. Entretanto, para que uma nova tecnologia possa gerar o desenvolvimento, a mesma deve poder ser apropriada por aquele que a gerou. Desta forma, os DPI são elementos importantes na reflexão da apropriação de bens que resultem em desenvolvimento tecnológico e novos campos tecnológicos demandando a reflexão sobre as formas de proteção da PI. Para garantir a apropriação de maneira adequada e alavancar o desenvolvimento, é necessário um aprimoramento constante do sistema de PI, onde ativos como patentes de invenção, patentes de modelo de utilidade, topografia de circuitos integrados, programas de computador (*software*), cultivares, patrimônio genético e conhecimento tradicional associado se tornam elementos-chave. Este aprimoramento está diretamente vinculado à formação profissional qualificada, em nível de mestrado, de forma a pensar o sistema de uma forma interdisciplinar, desde o aprimoramento dos processos institucionais relacionados com a temática, onde se pode destacar o INPI, até o impacto dos ativos apresentados com o desenvolvimento socioeconômico. A combinação de áreas como direito, economia, engenharia, gestão, informação, cultura, sociologia, entre outras, torna-se essencial para as pesquisas relacionadas a essa linha de atuação, sempre visando à aplicação profissional dos estudos realizados. Ressalta-se que os aspectos relacionados com o papel do INPI na área de patentes, desenho industrial e *software* ganham destaque nessa linha, desde o seu papel para o desenvolvimento até o estudo dos gargalos relacionados ao trâmite administrativo do processo de avaliação destes ativos.

Linha 4: PROPRIEDADE INTELECTUAL, SOCIEDADE E EMPRESAS BRASILEIRAS.

Cada vez mais, o uso dos DPI tem afetado a sociedade como ente comum, bem como as empresas brasileiras, como entes específicos de direito privado. Estudos interdisciplinares que possuam enfoque sobre os ativos de PI e sua relação com a inovação, com ênfase em empresas brasileiras, são contextualizados dentro desta linha de Propriedade Intelectual, sociedade e empresas brasileiras. Todos os ativos de propriedade intelectual apresentam uma forte relação com a sociedade em geral, com destaque para o setor empresarial. Com base nessa relação, ativos que possuem uma relação diretamente com o consumidor ganham destaque nesta linha. Aspectos relacionados à distintividade de produtos e serviços, ornamentação, forma plástica, entre outras características que são

fundamentais para o processo de competitividade necessitam de um sistema adequado de apropriação, com o aprimoramento constante do processo de proteção e gestão de ativos como marcas, indicações geográficas, desenhos industriais e direitos autorais. O objetivo da linha é, portanto, proporcionar estudos específicos sobre o sistema de apropriação dos referidos ativos, incluindo estudos voltados para o aprimoramento de instituições atuantes no sistema, como por exemplo, o INPI e avaliar a influência destes ativos no universo da sociedade brasileira como um todo. Da mesma forma, a avaliação do papel dos referidos ativos e do aprimoramento do sistema de PI no âmbito das empresas brasileiras, tanto referente aos usos dos DPI, quanto em relação ao sistema nacional de inovação tem abrigo nesta linha. Por fim, mas não menos importante, aprimorar o sistema de concessão de ativos relacionados aos sinais distintivos é algo extremamente importante para toda a sociedade, contribuindo para o avanço do país, seja no campo econômico, social ou político, portanto aprimorar o sistema de avaliação administrativa dos ativos de PI relacionados com o tema, estudando e buscando resolver seus gargalos ganham ênfase nesta linha.



ANEXO 2
CALENDÁRIO

PROCESSO SELETIVO 2018/2019 MESTRADO PROFISSIONAL EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO		
DATA	DIA DA SEMANA	ASSUNTO
06/11 a 14/12/2018	Período	Inscrições para o processo seletivo.
08/01/2019	3ª feira	Divulgação da listagem dos candidatos aptos a participar da SEGUNDA FASE do processo seletivo.
14/01/2019	2ª feira	SEGUNDA FASE - prova discursiva e prova de inglês.
29/01/2019	3ª feira	Divulgação das notas da SEGUNDA FASE do processo seletivo.
30/01/2019	4ª feira	Solicitação de vista de provas.
31/01/2019	5ª feira	Vista de provas e apresentação de recursos.
05/02/2019	3ª feira	Divulgação das notas da SEGUNDA FASE após julgamento dos recursos.
05/02/2019	3ª feira	Divulgação da listagem dos candidatos aptos a participar da TERCEIRA FASE do processo seletivo.
11 a 15/02/2019	Período	TERCEIRA FASE: Análise das Propostas de Projeto de Pesquisa e do Currículo Lattes; Avaliação oral com defesa da Proposta de Projeto.
26/02/2019	3ª feira	Divulgação das notas da TERCEIRA FASE do processo seletivo.
26/02/2019	3ª feira	Publicação do RESULTADO FINAL.
27/02 a 05/03/2019	Período	Interposição de recursos.
15/03/2019	6ª feira	Divulgação do RESULTADO FINAL do processo seletivo, após análise dos recursos.



ANEXO 3

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI

Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Inovação

Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação

“TÍTULO”

NOME:

Rio de Janeiro

ano



Modelo de Projeto

O projeto deverá ser redigido contendo entre 5 e 10 páginas, excluindo a folha de rosto. Deverá ser digitado em fonte Times New Roman, tamanho 12, com espaçamento 1,5 entre linhas, devendo apresentar obrigatoriamente os seguintes itens:

Título da pesquisa

1. **Introdução:** Nesse item deve ser feita uma apresentação do tema proposto.
 - a. **Expor de forma resumida as principais ideias já discutidas por outros autores que tratam do problema que será tema do projeto, levantando dúvidas ou críticas, se for o caso.** Explicitar que abordagem será dada ao tema a partir dos trabalhos já produzidos.
2. **Questão de pesquisa:** Apresentar a questão da pesquisa: a “pergunta” que será respondida a partir do projeto de pesquisa.
3. **Objetivos:** Objetivo geral e objetivos específicos da dissertação.
 - a. **Explicitar o que se quer fazer,** usando verbos no infinitivo.
4. **Justificativa:** Demonstrar a motivação e a relevância do trabalho a ser desenvolvido.
5. **Metodologia:** Indicar como pretende realizar a pesquisa, especificando as etapas a serem realizadas e os procedimentos a serem adotados em cada uma delas. Explicitar quais os dados que pretende utilizar e a disponibilidade dos mesmos. Se possível, indicar os métodos que serão utilizados na análise dos dados.
6. **Cronograma:** O prazo máximo deverá ser de 18 meses.
7. **Referências Bibliográficas:** A relação das obras citadas no texto deve estar em conformidade com as regras da ABNT.



ANEXO 4

BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA

BADIN, Michelle Ratton Sanchez; AZEVEDO, Milena da Fonseca. "Propriedade intelectual e tendências regulatórias nos acordos internacionais de comércio: impactos para estratégias de desenvolvimento no Brasil". *In: Revista Tempo do Mundo – RTM*, v. 5, n. 1, abr. 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6290>. Acessado em nov. 2018.

BRASIL, Congresso Nacional. Decreto nº 75.572, de 8 de abril de 1975. Promulga a Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial, Revisão Estocolmo, 1967.

BRASIL, Congresso Nacional. Decreto nº 1355, de 30 de dezembro de 1994. Promulga a ata final que incorpora os resultados da Rodada Uruguaia de Negociações Comerciais Multilaterais do *GATT*.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília. 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. 2004.

Convenção da União de Paris. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/images/stories/CUP.pdf>.

MALAVOTA, L. M. Justificando e legitimando a apropriação da tecnologia: uma discussão sobre o sistema internacional de patentes. *In: VIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 9º Conferência Internacional de História de Empresas*, 2009, Campinas. VIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 9º Conferência Internacional de História de Empresas, 2009. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/leandro-malavota_2.pdf. Acessado em nov. 2018.

PIMENTEL, Luiz Otavio; FORTES, Vinícius Borges; BOFF, Salette Oro, Propriedade intelectual, gestão da inovação e desenvolvimento: vol. 1: proteção jurídica da inovação tecnológica em energias renováveis para sustentabilidade. Erechim, RS: Deviant, 2016.

POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot; ANJOS, Lucas Costa dos. Acordos de investimento e a proteção de direitos de propriedade intelectual: relação natural, ou casamento de conveniência? Reflexões sobre experiências do MERCOSUL e do NAFTA. *Rev. secr. Trib. perm. revis. Año 4, n. 8, p. 281 – 305, ago 2016*. Disponível em: <http://scielo.iics.una.py/pdf/rstpr/v4n8/2304-7887-rstpr-4-08-00281.pdf>. Acessado em nov 2018.

TIGRE, Paulo Bastos. Fontes de inovação na empresa. *In: Gestão da inovação: a economia da tecnologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. p. 93-116.



ANEXO 5

MESTRADO PROFISSIONAL EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO		
PROCESSO SELETIVO 2018/2019		
DOCUMENTAÇÃO PARA MATRÍCULA		
Item	Documento (original e cópia, quando aplicável)	
01	02 (duas) fotos 3 x 4	
02	Formulário de matrícula	
03	Certidão de nascimento ou de casamento	
04	Identidade	
05	CPF	
06	Diploma de graduação	
07	Histórico escolar da graduação	
08	Título de eleitor	
09	Comprovação de votação nas duas últimas eleições ou certidão negativa emitida pelo TRE	
10	Certificado de reservista (quando aplicável)	
11	Comprovante de proficiência em língua inglesa (quando aplicável)	





MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PRESIDÊNCIA

COMUNICADO

Senhores Usuários,

Comunicamos que em decorrência do fechamento do CIT-SENAI/FIENG, onde está localizado o EDIR-SE/MG, não haverá expediente naquela Unidade, no período de 26 de dezembro de 2018 a 04 de janeiro de 2019.

Caso haja interesse, com o propósito de resguardar a prioridade de depósito, assim como o cumprimento de prazos legais, recomendamos que toda a documentação, a GRU original devidamente paga e o respectivo recibo de pagamento sejam encaminhados, via postal registrada com AR (aviso de recebimento), para o seguinte endereço:

SEPEX - Rua Mayrink Veiga, nº 09, 21º andar

Centro – RJ – CEP 20090-910

A via do documento protocolada poderá ser devolvida por solicitação, de próprio punho, em folha de papel A4, encaminhada junto com a documentação a ser protocolada, para que seja enviada ou ao usuário que informar o endereço completo para que o INPI, excepcionalmente, possa devolver a via protocolada, pelo correio.

Quando se tratar de pedido inicial (Marca, Patente e Desenho Industrial), o Usuário receberá uma mensagem no e-mail que estiver cadastrado no INPI, informando o número do processo, que será necessário para o seu acompanhamento pela Revista Eletrônica da Propriedade Industrial – RPI (www.inpi.gov.br), na página principal.

Lembramos, por fim, que os pedidos de registro de marca e de patente podem ser feitos pela internet, acessando o sitio.

Informações adicionais poderão ser obtidas pelos telefones constantes do sitio do INPI, acessando o ícone “Contatos”.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2018



Mauro Sodré Maia
Diretor Executivo, no exercício da Presidência



**MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

RESOLUÇÃO INPI/ PR Nº 228, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2018

Assunto: Publicação da nova Tabela de Retribuição dos serviços prestados pelo INPI, referente a Contratos de Licença, Cessão, Transferência de Tecnologia e Franquia.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 8.854, de 22 de setembro de 2016,

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa INPI/PR nº 70 de 11 de abril de 2017, que dispõe sobre o procedimento administrativo de averbação de licenças e cessões de direitos de propriedade industrial e de registro de contratos de transferência de tecnologia e de franquia;

CONSIDERANDO que, a partir de 01 de julho de 2017, o INPI passou a oferecer o serviço de averbação dos contratos de cessão, licenciamento e licenciamento compulsório de registro de topografia de circuito integrado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 3º, da Portaria MDIC nº 39, de 07 de março de 2014; e

CONSIDERANDO a Portaria do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços nº 1.437-SEI de 17 de agosto de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Publicar nova Tabela de Retribuições dos serviços referentes a Contratos de Licença, Cessão, Transferência de Tecnologia e Franquia, conforme o Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, sem prejuízo da sua publicação na Revista Eletrônica da Propriedade Industrial.

Rio de Janeiro, 07 de novembro de 2018



LUIZ OTÁVIO PIMENTEL
Presidente

Anexo da RESOLUÇÃO Nº 228, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2018



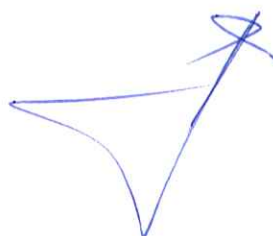
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

TABELA DE RETRIBUIÇÕES DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO INPI

SERVIÇOS RELATIVOS A CONTRATOS DE LICENÇA, CESSÃO, TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E FRANQUIA Coordenação-Geral de Contratos de Tecnologia – CGTEC

Código	Serviço	Valor (em Real)	Valor com desconto (*)
(I) Ficha Cadastro			
422	Ficha Cadastro	Isento	Isento
(II) Consultas			
410	Consultas	260,00	104,00
(III) Pedido de Registro e Averbação			
400	Pedido de registro de contrato de fornecimento de tecnologia (<i>know-how</i>)	2.250,00	900,00
401	Pedido de registro de contrato de serviços de assistência técnica e científica	2.250,00	900,00
406	Pedido de registro de fatura	1.140,00	456,00
404	Pedido de registro de contrato de franquia		
	- Até 15 (quinze) pedidos ou registros	2.250,00	900,00
	- Acima de 15 (quinze) pedidos ou registros	Somar um valor adicional de R\$ 185,00 por pedido ou registro, mesmo nas inclusões através de aditivos quando, somados ao contrato original, exceder a 15 (quinze).	Somar um valor adicional de R\$ 74,00 por pedido ou registro, mesmo nas inclusões através de aditivos quando, somados ao contrato original, exceder a 15 (quinze).
402	Pedido de averbação de contrato de licença para uso de marca		
	- Até 15 (quinze) pedidos ou registros	2.250,00	900,00
	- Acima de 15 (quinze) pedidos ou registros	Somar um valor adicional de R\$ 185,00 por pedido ou registro de marca, mesmo nas inclusões através de aditivos quando, somados ao contrato original, exceder a 15 (quinze).	Somar um valor adicional de R\$ 74,00 por pedido ou registro de marca, mesmo nas inclusões através de aditivos quando, somados ao contrato original, exceder a 15 (quinze).

Código	Serviço	Valor (em Real)	Valor com desconto (*)
427	Pedido de averbação de contrato de cessão de marca	2.250,00	900,00
403	Pedido de averbação de contrato de licença para exploração de patente - Até 15 (quinze) pedidos ou patentes - Acima de 15 (quinze) pedidos ou patentes	2.250,00 Somar um valor adicional de R\$ 185,00 por pedido ou patente, mesmo nas inclusões através de aditivos quando, somados ao contrato original, exceder a 15 (quinze).	900,00 Somar um valor adicional de R\$ 74,00 por pedido ou patente, mesmo nas inclusões através de aditivos quando, somados ao contrato original, exceder a 15 (quinze).
428	Pedido de averbação de contrato de cessão de patente	2.250,00	900,00
426	Pedido de averbação de licença compulsória para exploração de patente	2.250,00	900,00
425	Pedido de averbação de contrato de licença para exploração de desenho industrial - Até 15 (quinze) pedidos ou registros - Acima de 15 (quinze) pedidos ou registros	2.250,00 Somar um valor adicional de R\$ 185,00 por desenho industrial, mesmo nas inclusões através de aditivos quando, somados ao contrato original, exceder a 15 (quinze).	900,00 Somar um valor adicional de R\$ 74,00 por desenho industrial, mesmo nas inclusões através de aditivos quando, somados ao contrato original, exceder a 15 (quinze).
430	Pedido de averbação de contrato de cessão de desenho industrial	2.250,00	900,00
433	Pedido de averbação de contrato de licença de Topografia de Circuitos Integrados - Até 15 (quinze) pedidos ou registros - Acima de 15 (quinze) pedidos ou registros	2.250,00 Somar um valor adicional de R\$ 185,00 por topografia de circuito integrado, mesmo nas inclusões através de aditivos quando, somados ao contrato original, exceder a 15 (quinze).	900,00 Somar um valor adicional de R\$ 74,00 por topografia de circuito integrado, mesmo nas inclusões através de aditivos quando, somados ao contrato original, exceder a 15 (quinze).



Código	Serviço	Valor (em Real)	Valor com desconto (*)
434	Pedido de averbação de contrato de cessão de Topografia de Circuitos Integrados	2.250,00	900,00
435	Pedido de averbação de licença compulsória para exploração de Topografia de Circuitos Integrados	2.250,00	900,00
(IV) Recurso			
416	Recurso	590,00	236,00
432	Cumprimento de exigência em grau de recurso	130,00	52,00
(V) Alterações e Retificações			
407	Alteração de certificado de averbação	950,00	380,00
420	Alteração de dados cadastrais no certificado de averbação	130,00	52,00
408	Retificação de dados cadastrais no certificado de averbação por erro do INPI	Isento	Isento
431	Retificação por erro de publicação na Revista da Propriedade Industrial (RPI)	Isento	Isento
(VI) Serviços em Geral			
412	Cumprimento de exigência	120,00	48,00
423	Outras petições	120,00	48,00
(VII) Desistência			
421	Desistência do pedido de averbação e arquivamento de processo	Isento	Isento
(VIII) Certificados, Certidões e Cópias reprográficas			
415	Expedição de segunda via de certificado de averbação	140,00	-
413	Certidão de atos relativos aos contratos	85,00	-
824-7	Cópia reprográfica simples - Até 4 (quatro) páginas - Acima de 4 (quatro) páginas	7,00 Para cada página adicional deverá ser pago R\$ 0,20 por meio do serviço de Complementação de retribuição (código 800).	-
825-7	Cópia reprográfica autenticada - Até 4 (quatro) páginas - Acima de 4 (quatro) páginas	14,00 Para cada página adicional deverá ser pago R\$ 0,40 por meio do serviço de Complementação de retribuição (código 800).	-

Código	Serviço	Valor (em Real)	Valor com desconto (*)
(IX) Administração			
800	Complementação de retribuição É necessário informar o número da guia de recolhimento inicial ou preliminar ("Nosso Número").	Variável	-
801	Restituição de retribuição É necessário informar o número da guia de recolhimento inicial ou preliminar ("Nosso Número").	Isento	Isento

(*) Retribuição com desconto: Redução de até 60% no valor de retribuição a ser obtida por: pessoas naturais (somente se estas não detiverem participação societária em empresa do ramo a que pertence o item a ser registrado); microempresas, microempreendedor individual e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; cooperativas, assim definidas na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971; instituições de ensino e pesquisa; entidades sem fins lucrativos, bem como órgãos públicos, quando se referirem a atos próprios, conforme estipulado nessa resolução. O desconto não incide sobre todos os códigos.



**MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PRESIDÊNCIA**

COMUNICADO

Com o objetivo de concluir a recuperação das 4.537 Guias de Recolhimento da União (GRUs) que estão indisponíveis desde agosto, o INPI informa a seguir o procedimento a ser adotado pelo usuário para recuperar suas GRUs. Tal procedimento é necessário porque alguns dados não puderam ser restaurados integralmente e outros precisam ser confirmados dentro do sistema do INPI. Confira a lista completa das GRUs em questão no Portal do Instituto.

Esta orientação será publicada novamente nas Revistas da Propriedade Industrial (RPI) dos dias 20 e 27/11 e o procedimento poderá ser feito entre 13 e 30/11. Após a publicação da lista de Guias recuperadas, o que será feito na RPI do dia 4/12, o usuário terá dez dias para realizar o procedimento desejado, sem perda de prazo, contados a partir de 5/12. Vale lembrar que a recuperação da GRU deve ser feita mesmo se o usuário quiser solicitar a restituição do valor da retribuição.

Para realizar o procedimento, siga os passos abaixo:

- 1) Acesse o Portal do INPI e clique no link “Emita a GRU”, à direita da capa, dentro de “Acesso Rápido”. Neste acesso, utilize preferencialmente os navegadores Firefox ou Edge (o Chrome tem apresentado problemas com os certificados ICP-Brasil);
- 2) Entre com seu login e senha atuais no sistema de geração de GRUs;
- 3) Escolha a opção “Recuperar GRU” na parte superior da tela;
- 4) Digite o número da GRU;
- 5) Siga as instruções do sistema, preencha os dados solicitados, se for necessário, confira as informações e tecla Confirmar; e
- 6) Ao final, os dados serão armazenados pelo sistema. Lembre-se de que a GRU só poderá ser usada a partir de 5/12.

Cronograma de datas importantes do processo:

- 13/11 – Liberação do sistema;
- 30/11 – Fechamento do sistema;
- 01/12 a 04/12 – Habilitação das Guias;
- 04/12 – Divulgação em RPI das Guias habilitadas; e
- 05/12 a 14/12 – Utilização das guias habilitadas sem perda de prazo.

Administração do INPI